

Redação:

Um estudo feito pelo respeitado cientista brasileiro Enéas Salati concluiu que a Amazônia tem importante papel na manutenção do ciclo hidrológico da área entre o oceano Atlântico e o Peru. A excessiva exploração sofrida pela floresta atualmente, portanto, pode degradar o ciclo e prejudicar safras agroindustriais, bem como a geração de energia hidrelétrica na região. Seja pelos prejuízos socioeconômicos ou por pura consciência ambiental, o fato é que já passamos da hora de agir. Nesse contexto, para garantir o equilíbrio financeiro e ecológico do país, são necessários o aumento da fiscalização e a aplicação de multas severas aos desmatamentos ilegais.

A importância ecológica da Amazônia para o Brasil e para o mundo é reconhecida por todos, leigos ou especialistas. Fauna e flora locais contêm espécies tão diversificadas quanto raras, elementos fundamentais em um sistema que, afetado, tem como consequência direta o desequilíbrio do ciclo hidrológico de uma região de milhares de quilômetros - e milhões de seres humanos. Sem dúvida, a manutenção de importantes atividades econômicas, como o agronegócio e a geração de energia hidrelétrica, só será possível se a floresta for mais respeitada, já que alterações no período de precipitações prejudicam as plantações de soja e cana-de-açúcar presentes no local, além de alterarem o funcionamento das usinas.

Eis o nosso caminho para a homeostase ecológica. Tendo em vista tais perdas, é preciso elaborar medidas que garantam a proteção ambiental e o benefício humano. Uma solução é o aumento da fiscalização sobre a região da mata. Para isso, as forças armadas brasileiras podem exercer importante papel, tanto pela ocupação de certas áreas quanto por meio de sobrevôos, que permitiriam uma visão ampla. Da mesma forma, o poder público deve fazer controle severo na regulamentação de empresas instaladas no local, evitando extração indevida dos recursos naturais. Nesse contexto, a aplicação de multas severas aos que promoverem desmatamento ilegal seria imprescindível à preservação da floresta.

Por maior que seja o esforço despendido nessas fiscalizações e punições, porém, seus efeitos seriam limitados devido à necessidade de cobertura de uma área tão extensa e densa. Nessa perspectiva, faz sentido pensar que o longo caminho para preservar o maior patrimônio brasileiro precisa de soluções complementares, como a criação de selos de qualidade para objetos feitos com madeira extraída legalmente da floresta. Isso pode propiciar uma espécie de boicote consciente da população a madeireiras ilegais e, assim, tornar mais justificada a desejável aceleração do processo de reflorestamento, outra medida imprescindível.

A questão do desequilíbrio do ciclo hidrológico amazônico, portanto, precisa ser encarada como prioritária pelo poder público e pela própria sociedade. Nesse enquadre, realmente eficiente seria promover uma profunda reeducação da população, ensinando a crianças e adultos os impactos provocados pela destruição da floresta. Campanhas na imprensa e projetos nas escolas poderiam ajudar na

criação dessa consciência ambiental, que já faz parte do discurso cotidiano, mas ainda precisa se inserir de verdade nos hábitos e nas posturas de cada cidadão.

Autor(a): Desconhecido

Fonte: INEP



TEMPO